



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)

Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH)

Secretaria Executiva

PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Ata da 103ª reunião, realizada em 23 de novembro de 2016

1 Em 23 de novembro de 2016, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do
2 Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo
4 Horizonte, Minas Gerais. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e
5 suplentes: o presidente Jairo José Isaac, secretário de Estado de Meio Ambiente
6 e Desenvolvimento Sustentável, e a suplente Maria de Fátima Chagas Dias
7 Coelho, diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM).
8 Representantes do poder público estadual: Ivânia Moraes Soares, da Secretaria
9 de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Luciano Vasconcelos Trindade,
10 da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Elbert
11 Figueira Araújo Santos, da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de
12 Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae); Rodrigo
13 Fabiano do Carmo Said, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Ângelo Luiz
14 Rezende, da Secretaria de Estado de Turismo (Setur); Pedro de Freitas Moreira,
15 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda); Bérqson Cardoso
16 Guimarães, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG).
17 Representantes do poder público municipal: Thaís Mol Vinhal, da Prefeitura
18 Municipal de Belo Horizonte; Vítor de Andrade Coelho, da Prefeitura Municipal de
19 Betim (representantes dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio São
20 Francisco); José Luiz Pereira Corrêa, da Prefeitura Municipal de Viçosa
21 (representante dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Doce); Valéria de
22 Fátima Malta, da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (representante dos
23 municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul). Representantes dos
24 usuários de recursos hídricos: Ana Maria Laque Marinho, da Companhia de
25 Saneamento Municipal de Juiz de Fora (Cesama); Jean de Carvalho Breves, da
26 Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Nelson Cunha Guimarães, da
27 Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Carlos Alberto Santos
28 Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
29 (Faemg); Patrícia Helena Gambogi Boson e Odorico Pereira de Araújo, da
30 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); João Carlos de
31 Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Virgínia Campos de Oliveira,
32 da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel); Jadir Silva
33 Oliveira, do Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Minas Gerais (Siamig);
34 Representantes de associações legalmente constituídas no Estado para
35 proteção, conservação e melhoria do meio ambiente: Antônio Giacomini Ribeiro,
36 da Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Carlos
37 Eduardo Silva, da Associação de Proteção Ambiental de Unaí; Maria Teresa

38 Viana de Freitas Corujo, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de
39 Bacias Hidrográficas (Fonasc). Representantes de associações civis com efetiva
40 atuação em recursos hídricos: Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de
41 Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Vitor Carvalho Queiroz, do Conselho
42 Regional de Engenharia e Agronomia (Crea); Admilson Martins Diniz, da Ordem
43 dos Advogados do Brasil (OAB); Fernando Marinho de Oliveira, da Associação
44 Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas). Representantes de universidades,
45 instituições de ensino ou centros de pesquisa sediados no Estado e com atuação
46 nas áreas de ensino e pesquisa em recursos hídricos ou educação ambiental:
47 Wilson Akira Shimizu, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Flávio
48 Pimenta de Figueiredo, do Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal
49 de Minas Gerais (ICA/UFMG); Leonardo Campos de Assis, da Universidade de
50 Uberaba (Uniube). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.**
51 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Jairo José
52 Isaac declarou aberta a 103ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de
53 Recursos Hídricos e fez o seguinte pronunciamento: “Como o primeiro assunto da
54 pauta é um problema deliberativo é de mais discussão e debates, eu gostaria,
55 inclusive, de fazer algumas ponderações sobre as dificuldades que vêm sendo
56 encontradas em torno do assunto. Um problema de avaliação, de compreensão,
57 embora todas as avaliações foram favoráveis. A Fátima, que é minha
58 companheira de trabalho – inclusive, na comissão temática do governador quem
59 comanda é o secretário da Fazenda – funciona como secretária da Fazenda. Eu
60 fiz esse pedido ao secretário. Enquanto eu estiver aqui, fazendo ambientação no
61 Meio Ambiente, me ambientando, me qualificando e entendendo um pouco dessa
62 questão ambiental, a Fátima estará presente em toda reunião. Então, é a
63 secretária Fátima que me antecedeu até a minha posse, além do secretário, que
64 estará presente juntamente com o subsecretário e alguns outros companheiros
65 da SEMAD que deverão estar presentes nesse comitê, que é fundamental, em
66 que os projetos prioritários são analisados, inicialmente, e depois encaminhados
67 aos órgãos competentes. Com as modificações que aconteceram dentro da
68 reformulação do Sistema, hoje nós vamos ter uma superintendência especial
69 para desenvolver os projetos prioritários e especiais. Estão saindo das
70 superintendências e serão examinados e decididos aqui em Belo Horizonte, com
71 a nova estrutura dessa superintendência especial. Essa é a comunicação que eu
72 queria fazer. Isso já está em processo de implementação, já com a
73 superintendência especial praticamente constituída. Se Deus quiser, a partir da
74 primeira semana de dezembro, já estaremos em condições de começar a
75 examinar projetos dessa natureza que forem aprovados nos comitês temáticos e
76 distribuídos para a superintendência especial. Eu gostaria de passar a palavra
77 para a Fátima, para que ela, a partir de agora, conduzisse os trabalhos. Eu
78 permanecerei com vocês algum tempo aqui para ouvir, inclusive, esses debates,
79 principalmente, do item nº 1, que vai ser focado a partir de agora. Agradeço a
80 atenção. E que me desculpem, mais uma vez, por não estar presente nem

participar durante esta sessão extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Muito obrigado pela atenção e compreensão.” **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Boa tarde. Primeiro, justificar a ausência do Gustavo. Ele está em Lima, no Peru, em um encontro Internacional, representando o Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela. É um encontro de comunidades que protegem água ou nas serras ou nos pântanos ou nas cabeceiras de bacias. O segundo ponto é informar e compartilhar, e peço a Secretaria para compartilhar. É um comunicado do CBH Rio das Velhas, em conjunto com o CBH Rio Paraopeba, resultado de um seminário que teve na semana passada: ‘Os dois lados da Moeda’. E essa carta, assinada pelo Polignano e pelo Denes, traz um resumo desse seminário. Na realidade, esse seminário foi construído, foi uma coisa inédita os dois comitês juntos para tratar da questão da serra da Moeda e, mais além disso, do sinclinal Moeda, pela crescente preocupação com aquela região em relação à questão, inclusive, da segurança hídrica da região metropolitana. Nessa carta, estão colocados os motivos pelos quais fizeram o seminário, os pontos tratados durante o seminário, a importância dessa região, serra e sinclinal. E essa carta termina colocando o seguinte trecho: ‘Pela importância da região do sinclinal Moeda e das repercussões futuras das ações antrópicas, os princípios da precaução e da prevenção se impõem o suficiente para exigir a adoção imediata de medidas de proteção e preservação desse patrimônio natural, para evitar o risco de que danos intensos e de longa duração comprometam, definitivamente, as funções ambientais desse ecossistema.’ Essa carta tem também alguns indicativos, alguns encaminhamentos. Então, depois eu vou mandar por e-mail e peço que seja compartilhado com todos os conselheiros. E por último eu agradeço, em nome do Fonasc, por terem enviado o relatório final sobre as estratégias de segurança hídrica de Minas Gerais. Nós recebemos e estamos olhando com muito critério. E queremos aqui retomar uma ideia, em algum momento ou não sei se na reunião seguinte. Existem alguns pontos-chaves que o professor Carlos Tucci disse que estavam no estudo. Nós lemos esse relatório, e questões como área de recarga hídrica e a questão dos aquíferos profundos em determinadas áreas de Minas Gerais não estão, no nosso entendimento, devidamente contempladas. Eu não sei se é possível, mas nós estaríamos demandando a possibilidade de o IGAM abrir um prazo de 30 dias para que haja contribuições, que isso ficasse até no site do IGAM, para que não se transforme em uma política de Estado, segurança hídrica de Minas, baseado em um relatório que tem algumas questões que têm que ser melhor complementadas.” Conselheiro Wilson Akira Shimizu: “Eu só pedi a palavra para fazer o comunicado de que, no ano que vem, no mês de julho, do dia 11 ao 17, será realizado, na Universidade Federal de Uberlândia, o 6º Workshop Internacional sobre Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Bacias Hidrográficas. Eu vou encaminhar o material para a Ludmila e peço que reencaminhe para todos os conselheiros. Eu estou fazendo o chamamento porque é um evento que está sendo abrigado na

124 Universidade de Uberlândia e conta com apoio do Comitê do Paranaíba, do
125 Comitê do Araguari, e o prazo para inscrição dos trabalhos se encerra no dia 31
126 janeiro. Então, quem tem trabalho para apresentar a esse evento científico tenha
127 prazo para prepará-lo.” Conselheiro Carlos Eduardo Silva: “Eu venho
128 representando o Conselho na Comissão Estadual do P2R2, de respostas rápidas
129 a acidentes com produtos perigosos, e mais uma vez eu venho solicitar desta
130 Plenária a indicação de um suplente. Se pudesse alguém participar como
131 suplente dessa comissão.” Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias
132 Coelho: “Esse assunto já esteve aqui na pauta no Conselho, e acho que não
133 houve a manifestação. Depois, colocamos em pauta o assunto, porque já entrou.”
134 Conselheiro Carlos Eduardo Silva: “A outra seria uma sugestão. Nós tivemos uma
135 apresentação, na segunda-feira, com o doutor Mário Parreiras, da
136 Superintendência Regional do Trabalho e Emprego. Foi um relato fantástico que
137 ele fez sobre o acidente em Mariana. Eu entrei em contato com ele, na segunda-
138 feira, e se fosse possível ele fazer essa apresentação aqui seria muito importante
139 para que todos ficassem cientes desse relatório.” Presidente suplente Maria de
140 Fátima Chagas Dias Coelho: “Poderia nos enviar o contato para fazermos o
141 convite.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Na qualidade de membro
142 do Conselho de Administração do IEF, nos anos 1997, 98, 99, nós aprovamos a
143 criação de duas unidades de conservação aqui em Minas: Serra das Araras e
144 Veredas do Acari. Agora, quase 20 anos depois, eu e todos os conselheiros que
145 participaram desse evento estamos sendo notificados pelo Tribunal de Contas do
146 Estado de Minas Gerais para fazer o pagamento de R\$ 6 milhões, nos valores
147 daquela época. Como são quase 20 anos, só de juros de mora dá 240%. Mais a
148 metade dos juros de mora referentes à correção monetária, isso vai para R\$ 30
149 milhões a R\$ 40 milhões. Então, nós estamos correndo atrás de advogado,
150 correndo atrás de documentos, já que o IEF teve um incêndio, e muitos
151 documentos se perderam. Antes dessa notificação do Tribunal de Contas,
152 também pela criação de uma outra unidade de conservação, eu também estou
153 sendo executado pela Promotoria de Minas Gerais. É uma ação de execução
154 promovida pelo Ministério Público. Então, só dando notícia de que nós temos que
155 tomar muito cuidado com essa coisa de representação. Evidentemente, nós
156 vamos, com certeza, provar que, se houve alguma irregularidade... Estão falando
157 aqui que nós demos prejuízo ao erário, que as terras que foram adquiridas para
158 formar esses dois parques foram pagas por valores acima do preço de mercado.
159 Agora, vai correr atrás de preço de mercado de 20 anos atrás. Essa é a notícia
160 ruim. E a outra, que eu considero como notícia boa, é que a Federação da
161 Agricultura faz parte do Conselho de Administração da Agência de Bacia do Rio
162 Araguari, a Abha. Lá na Agência de Bacia está acontecendo uma coisa inusitada.
163 A Agência tem em cofre R\$ 28 milhões e não consegue produzir projetos para
164 aplicação desses valores na bacia do rio Araguari. Não consegue por quê? A
165 parcela da arrecadação da cobrança pelo uso da água que custeia as despesas
166 administrativas é 7,5% da arrecadação, e os 7,5% não dão conta de contratar

167 profissionais capacitados a produzir esses projetos de aplicação dos valores que
168 estão depositados. Existem alternativas para que a Agência da Bacia do Rio
169 Araguari, mais para a frente um pouco, consiga se movimentar e fazer a
170 aplicação desses valores, principalmente, através da entrada de mais algum
171 comitê de bacia lá da região, o que não se operacionaliza com tanta rapidez.
172 Então, uma saída alternativa, criativa, muito difícil de ser tomada, foi que nós do
173 Conselho de Administração da Agência da Bacia conseguimos aprovar, na
174 semana passada, um procedimento em que cada um dos associados vai
175 contribuir com determinado valor, por dois anos, para que possam ser
176 contratados esses profissionais para fazerem os objetos de aplicação dos R\$ 28
177 milhões que estão em caixa.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro:
178 “Realmente, é uma negociação interna da Abha, então, não diz respeito ao
179 Comitê. Nós reconhecemos, realmente, que os 7,5% são insuficientes, realmente,
180 para a agilização dos processos que conduziram a aplicação daquilo que está
181 previsto no Plano. Por outro lado, isso, de certa forma, representa um insucesso
182 da agência. Por outro lado, nós temos elogios para a agência, para a Abha,
183 enquanto uma secretaria executiva excelente, que tem nos atendido de maneira
184 exemplar. Agora, infelizmente, os recursos financeiros derivados dos 7,5% para
185 agilizar o Plano realmente não ocorreram. E essa saída é uma saída
186 interessante, dentre outras que nós estamos procurando, em conjunto, até
187 auxiliando a Abha, com o apoio do Ministério Público, o que também está sendo
188 bem-vindo. Com certeza, agora, eu acredito que nós conseguiremos, neste ano
189 entrante, realizar os nossos planos.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira:
190 “Eu queria complementar para fazer um apelo ao IGAM, junto com este Conselho
191 Estadual. É uma situação, absolutamente, impensável, porque a lei fala que 7,5%
192 da arrecadação são para o custeio administrativo, e o IGAM tem entendido que
193 essa parte operacional de formulação de projetos é administrativa. E, na hora em
194 que você procura o amparo na lei para ver o que nós poderemos considerar
195 como custo administrativo e o que pode ser considerado como custo operacional,
196 não tem regulamentação. Então, nós fazemos um apelo para que possamos
197 regulamentar, e a Faemg gostaria de participar com ideias, para ver se saímos
198 dessa camisa de força.” Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias
199 Coelho: “No momento oportuno, nós colocaremos em debate essa questão da
200 regulamentação aqui no Conselho, destacando que as entidades equiparadas
201 não necessitam de sobreviver somente com os recursos da cobrança. Vamos
202 destacar: a entidade equiparada, como exemplo de outras que existem. Eu acho
203 que podíamos até fazer um evento entre as entidades equiparadas, para a Abha
204 aprender, no bom sentido, nessa troca de experiências, que há como captar
205 recursos de outra forma, que não há necessidade de sobreviver somente com os
206 recursos da cobrança. Agora, quanto ao parecer jurídico do IGAM sobre
207 aplicação de recursos que, no nosso entendimento, são relacionados a 92,5%,
208 nós temos uma posição, de que não deveria, que essa contratação é indevida.
209 Ontem mesmo, eu despachei para o Comitê duas notas jurídicas nossas

fundamentadas sobre esse assunto. Mas eu acho que deve ter uma oportunidade de este Conselho conhecer com mais detalhes, mais do que nos Comunicados dos Conselheiros, para debatermos melhor esse assunto dos 7,5%, da aplicação, do que é aplicado, do que considerar. Eu acho que nesses anos de agência e entidade equiparada, de 2010 até hoje, são várias as lições aprendidas para os novos contratos de gestão que estão por vir.” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães: “Eu venho, em nome da Copasa, fazer um convite e informar a todos que amanhã, dia 24, às 18h, a Copasa estará fazendo o lançamento do Pró-Mananciais no município Crucilândia, que está a 104 km de Belo Horizonte. É um projeto, especificamente, para aquela área de Crucilândia, que foi viabilizado pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente, junto com o Fundo Socioambiental da Caixa. Serão investidos R\$ 2,7 milhões em recuperação de áreas no município que fazem parte da bacia do Manso, que é a principal captação de reservatório que nós temos aqui na região metropolitana. Deverão ser plantadas, no período de quatro anos, 104 mil mudas, 50 km de cercas, para proteção de 200 nascentes. Nós estamos fazendo esse evento, e todos estão convidados. É um processo em que, agora, neste final de 2016 até o período chuvoso, nós iniciamos com aquelas etapas de identificação de áreas, vamos promover que os proprietários rurais possam aderir ao CAR, para depois começar as ações efetivas mesmo, já no período chuvoso, no final de 2017 e nos dois anos seguintes.” **4) EXAME DA ATA DA 102ª REUNIÃO DO CERH.** Aprovada por unanimidade a ata da 102ª reunião do Plenário do CERH, realizada em 28 de setembro de 2016, com a seguinte retificação: suprimir as linhas 41 a 46, onde é repetida a relação de representantes da sociedade civil; e deixar registrado que a conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo foi a representante do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc) na 102ª reunião do CERH. Foram registradas abstenções de votos dos seguintes conselheiros: Wilson Akira Shimizu, Thaís Mol Vinhal, Nelson Cunha Guimarães, Fernando Marinho de Oliveira, Vítor de Andrade Coelho, Bérqson Cardoso Guimarães, Ana Maria Laque Marinho, Valéria de Fátima Malta, Thaís Mol Vinhal e José Luiz Pereira Corrêa. **5) MINUTA DE DELIBERAÇÃO CERH-MG PARA EXAME E DELIBERAÇÃO. 5.1) Minuta de Deliberação CERH-MG que aprova a equiparação do Instituto BioAtlântica (Ibio) à Agência de Bacia Hidrográfica no âmbito das Bacias Hidrográficas dos rios Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Caratinga, Suaçuí e Manhuaçu. Apresentação: IGAM.** Aprovada por unanimidade a Deliberação Normativa CERH, nos termos apresentados, com equiparação até 31 de dezembro de 2020, de acordo com os pareceres técnico e jurídico do IGAM. Registro dos debates. A conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo apresentou sugestões do Fonasc para aprimoramento das ações do Ibio nesta nova fase de equiparação e destacou pontos a serem melhor esclarecidos: - Maior clareza quanto à atuação da agência, acesso a detalhes de como estão acontecendo as ações, repasses e execução etc.; - Esclarecimentos de dúvidas sobre prestação de contas de dois contratos e licitações, conforme

253 consta no parecer jurídico do IGAM; - O Fonasc não conseguiu localizar os
254 estudos que seriam fundamentais neste momento do acidente da barragem da
255 Samarco, em Mariana, que afetou o rio Doce: estudos do Ibio relacionados à
256 recuperação e proteção das APPs definidas pelo Relatório Final do Plano
257 Integrado do Rio Doce; estudos que ajudariam a planejar aonde fazer e como
258 colaborar com a recuperação do rio Doce; - O Fonasc pergunta quais foram as
259 ações feitas pelo Ibio e de que forma está atuando, após um ano do rompimento
260 da barragem em Mariana, visando contribuir para a recuperação da bacia.
261 Questiona ainda como foi o acompanhamento dos Comitês durante a realização
262 dos estudos do Plano Integrado, se houve participação dos Comitês e como se
263 deu essa participação. No mesmo sentido, pede esclarecimentos do que está
264 sendo feito pelo Ibio no sentido de incentivar que os Comitês da bacia do rio
265 Doce apontem prioridades e acompanhem o que está sendo decidido em relação
266 à recuperação. Eduardo, representante do Ibio, destacou que o instituto atua
267 como agência de bacia e tem a capacidade, além da equipe de agência, de atuar
268 com apoio de parcerias, o que atrai recursos extras para ampliar a capacidade da
269 agência. Quanto à informação de atendimento abaixo dos 50% planejados,
270 considera que pode ter havido algum equívoco, mas que poderá confirmar e
271 repassar os números. Esclareceu que o Ibio vem mantendo sua atuação de
272 acordo com as metas estabelecidas no contrato de gestão, frisando que a
273 agência atua de acordo com o estabelecido pelos Comitês de Bacia e que existe
274 um Plano Integrado de Recursos Hídricos definindo os programas. “Tem um
275 plano de aplicação plurianual definido por cada Comitê e feito de forma integrada.
276 Então, toda aplicação da Agência está de acordo com essa programação, que
277 atende também a um rito de desembolso vindo do órgão gestor. Estamos com
278 aplicação cumulativa de 50%, justificada por essa questão de repasse”, destacou.
279 Em relação à atuação junto ao Comitê Interfederativo e aos órgãos que atuam
280 sobre o rompimento da barragem em Mariana, esclareceu que “em termos de
281 representatividade, são os Comitês de Bacia que participam do Comitê
282 Interfederativo, o que é previsto no termo de ajustamento de conduta.”
283 “Especificamente, no caso das nascentes, os Comitês são os deliberadores. Em
284 termos de articulação para decisão, é prerrogativa dos Comitês. Já o Ibio
285 subsidia, tecnicamente, essas decisões.” O representante do Ibio citou que, em
286 fevereiro deste ano, a agência subsidiou o Ibama com informações sobre a bacia
287 para a análise que deu origem ao termo de ajustamento de conduta relativo ao
288 acidente da Samarco. “Inclusive, o Ibama colocou esse planejamento e essas
289 informações na nota técnica, que se transformou em um documento público e
290 está na página do Ibama.” Destacou ainda: “Ao mesmo tempo, o Ibio vem
291 subsidiando o Comitê Interfederativo com informações e dados técnicos, e, desde
292 o início do ano, vem atuando com suporte técnico.” Informou ainda que a
293 Fundação Renova, que ocupa a função de gestão, vem procurando o Ibio para
294 obter informações sobre a bacia, sobre compensação de todas as áreas e demais
295 ações a serem definidas. “Nós trabalhamos, por exemplo, junto com a Câmara

296 Técnica de Eventos Críticos da Bacia do Rio Doce e com o Ibama e o Instituto
297 Terra, e fizemos uma proposta para priorização das áreas a serem trabalhadas
298 primeiro. E foi aprovada na câmara técnica do Comitê. E hoje é a deliberação que
299 define essas áreas a serem trabalhadas.” Comentou também sobre ações
300 complementares e citou a captação de recursos da Coca-Cola, no Espírito Santo,
301 que irá subsidiar liberação dos recursos do programa de APPs e nascentes dos
302 Comitês capixabas, “que vai liberar, por sua vez, o dinheiro do Programa
303 Reflorestar, do Espírito Santo”. “Nós vimos trabalhando com subsídios para
304 aumentar a capacidade dos Comitês de atuação com recursos vindo de fontes
305 externas.” De acordo com o representante do Ibama, todas as informações e dados
306 disponíveis estão no site www.igeo.org.br. Ronevon, representante dos Comitês,
307 fez um histórico da atuação desde o rompimento da barragem da Samarco, em
308 Mariana. “A barragem se rompeu no dia 5 de novembro. No dia 12 de novembro,
309 a nossa Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos, do Doce, se reuniu com
310 todos os técnicos relacionados a barragens, rompimento, material de rejeito de
311 mineração, para definir linhas de atuação. E desde então vimos fazendo
312 reuniões, periodicamente. Os comitês afluentes se reuniram na primeira semana
313 de dezembro, no dia 2, e no dia 3 tivemos reunião do CBH Doce, conjunta com o
314 Ministério do Meio Ambiente, os representantes do Estado e a Samarco e
315 fizemos, a partir daquele momento, a definição de uma missão. Então, foi
316 realizada, no dia 17 de dezembro, a Missão Mariana, em que tiramos um
317 documento norteador de nossas ações. Em todo o processo, o Comitê de Bacia
318 também participou, representado pelo Carlos Eduardo e o Leonardo Deptulski, na
319 comissão que discutiu o acordo que foi judicializado e que está sendo
320 implementado. No Comitê Interfederativo, nós temos a cadeira do Comitê, que é
321 representada pelo Leonardo Deptulski. O Comitê Interfederativo (CIF) criou várias
322 câmaras, e nas câmaras técnicas nós temos cadeira. Temos cadeira na Câmara
323 Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água, na Câmara Técnica de
324 Rejeitos da Mineração, na Câmara Técnica de Reflorestamento. Por exemplo, na
325 questão das APPs, nós participamos indicando quais as áreas são prioritárias,
326 inclusive, citando, por exemplo: tem áreas que vão ter atuação da Copasa para
327 recuperar o manancial, atuação do Comitê. Então, estamos juntando todos esses
328 atores, e a própria Samarco, dentro dos Comitês, definindo essas áreas de
329 recomposição de APPs e nascentes. E dentro do que está estabelecido, de 40 mil
330 hectares de recuperação pela Samarco, estamos definindo essas áreas na
331 câmara técnica, que mandou para o CIF, e já foi aprovado e virou uma
332 deliberação. E temos acompanhado, periodicamente, através desses nossos
333 representantes, dando feedback aos Comitês para que também apontem as suas
334 prioridades. E tem um recurso de R\$ 500 milhões colocados no acordo para
335 esgotamento sanitário e resíduos sólidos, para os municípios da calha do rio
336 Doce. Os Comitês de Bacia também estão apontando e, inclusive, fazendo as
337 deliberações com os planos municipais de saneamento básico. Então, foram
338 aportados os recursos da cobrança para execução dos planos municipais. No

339 nosso apontamento dos planos municipais, nós dissemos que só para recuperar
340 o esgotamento sanitário dos municípios da calha serão necessários R\$ 750
341 milhões. Então, esse dinheiro já não daria. Mas pelo menos dá para iniciar uma
342 série de ações no sentido de melhorar a qualidade da água naquela parte do rio.
343 Então, são ações que planejamos e que foram executadas, inclusive. E foram até
344 pagas. Só para mostrar que estamos realizando nossas ações, acompanhando e
345 cobrando para que as ações sejam implementadas.” O conselheiro Carlos
346 Eduardo Silva se manifestou como representante da APA Unaí, vice-presidente
347 do Comitê do Doce, presidente do Comitê do Piranga e representante da
348 Superintendência de Saúde em Ponte Nova. Ele complementou as informações
349 prestadas pelos demais representantes de Comitês sobre ações realizadas em
350 função do acidente que afetou a bacia do rio Doce. “Desde o primeiro momento,
351 eu venho acompanhando o prefeito de Mariana, junto com a Secretaria de Meio
352 Ambiente, e participamos da força-tarefa Comitê de Bacia, Defesa Civil de Ponte
353 Nova e Mariana e Secretarias de Saúde dos municípios atingidos. Eu também
354 participo, como suplente, do Comitê, cuja cadeira titular é do nosso presidente do
355 Comitê do Doce, o Leonardo. Fizemos um grupo de prefeitos de 40 municípios
356 atingidos, liderado pelo Leonardo. Esses R\$ 500 milhões são para coleta e
357 tratamento de esgoto dos municípios atingidos pela lama. Existe captação
358 alternativa, há municípios que fazem captação de 100% do rio, no caso,
359 Governador Valadares, Colatina e Belo Oriente. E 50% de captação de
360 Governador Valadares seriam no Suaçuí Grande, em torno de 30 km, para levar
361 essa água, no caso de não poder captar no rio Doce. E muitas ações como já
362 foram colocadas. Outra atuação é que estivemos junto com o Ibama fazendo
363 fiscalizações, e com o próprio IGAM, acompanhando toda a questão da água, da
364 qualidade da água, e os Comitês estão junto com as prefeituras, os municípios
365 atingidos e também com a Samarco procurando cada vez mais a questão
366 compensatória para trabalhar os afluentes na revitalização do Doce. E o Piranga
367 é o primeiro afluente que estamos trabalhando, e vamos fazer esse trabalho junto
368 com a população.” O conselheiro Fernando Marinho de Oliveira registrou a
369 seguinte manifestação: “A Fundação Renova, junto com o governo do Estado de
370 Minas Gerais, o governo do Espírito Santo e a Samarco, tem realizado algumas
371 ações. E por outro lado nós vemos a mídia, com o aniversário de um ano do
372 acidente, falando algo bem diferente, que não há cumprimento das ações, que as
373 ações de recuperação vão demorar décadas e que tem um atraso muito grande
374 no cronograma de ações. E por outro lado – talvez, eu não esteja plenamente
375 informado –, na mídia, eu não vejo muita informação sobre a atuação dos
376 Comitês e da Agência. Nós sabemos das dificuldades até mesmo da questão do
377 repasse dos recursos atrasados, da dificuldade operacional. Mas de qualquer
378 forma nós, conselheiros, temos essa vontade, e é a essência do nosso trabalho
379 de recursos hídricos, que o Comitê e a Agência estejam atuando e se destacando
380 nos momentos críticos como este. A percepção é que não ouvimos muito essa
381 informação. Talvez um pedido para aparecer mais, se destacar mais. Sabemos

382 das dificuldades, mas estamos aqui lutando por isso. Existe esse antagonismo
383 entre a ação da Fundação Renova, o que aparece na mídia, e aquilo que
384 esperamos dos Comitês e que temos desejo muito grande que se destaque mais,
385 principalmente, em um momento crítico deste.” O conselheiro Vítor de Andrade
386 Coelho solicitou esclarecimentos sobre como é feita a atribuição de notas e em
387 relação à conclusão do parecer jurídico, que “restringe-se a aspectos formais e
388 legais” e indica ausência de comprovação de atendimento a requisitos formais. A
389 presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho informou que na
390 aprovação na Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão (CTIL) surgiu essa
391 dúvida sobre o parecer jurídico e que foi esclarecido que o Ibio comprovou o
392 cumprimento dos dois requisitos legais apontados, posteriormente, à lavratura do
393 parecer. Aloísio Alves de Melo Júnior, da Procuradoria do IGAM, prestou os
394 seguintes esclarecimentos. “O parecer jurídico, inicialmente, se ateve aos
395 aspectos formais porque não é atribuição da Procuradoria se manifestar na
396 questão de mérito, que seria uma questão a ser apreciada pela administração. No
397 que tange às restrições que não encontramos apresentadas, quando da
398 deliberação, o Comitê fez uma reunião, e tinha que haver uma convocação com
399 antecedência mínima, e não havia no processo encaminhado à Procuradoria
400 essa formalização da comprovação de respeito ao prazo da convocação. E isso,
401 na reunião da CTIL, foi anexado ao processo e comprovado que houve, sim, o
402 respeito a esse prazo convocatório. Além do mais, fizemos observação com
403 relação à CND. E isso foi apresentado também. Então, não haveria nenhuma
404 restrição tributária.” Michael Jacks de Assunção, gerente de Cobrança pelo Uso
405 de Recursos Hídricos/IGAM, esclareceu sobre o critério de aplicação de notas e
406 destacou: “Toda entidade equiparada pactua junto com o IGAM um contrato de
407 gestão, e esse contrato firma como objetivo a gestão do recurso oriundo da
408 cobrança pelo uso do recurso hídrico. Como à entidade equiparada cabe
409 atribuições previstas na Lei 13.199, é criado como anexo do contrato de gestão
410 um plano de trabalho de forma a estabelecer indicadores e metas para estimular
411 a entidade e dar à administração pública uma forma de avaliar o desempenho da
412 entidade enquanto Agência de Bacia. Todo ano é feita a avaliação da entidade
413 com base nesse plano de trabalho.” Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “A
414 bacia do rio Doce tem seis Comitês mineiros e o Comitê federal. Se analisarmos
415 o número de pessoas que compõem esses Comitês, vamos ter mais de 600
416 pessoas envolvidas. Então, eu acho que falar que desconhece o que aconteceu
417 na bacia, quem participa daquele processo, é querer tapar o sol com a peneira.
418 Todo mundo conhece, todo mundo sabe o que está acontecendo lá na bacia e
419 todos sabem o que a Fundação Renova e o Ibio têm feito para recuperação da
420 bacia. Só alguns órgãos da imprensa e alguns órgãos que não querem
421 reconhecer o trabalho que tem sido feito lá. É isso que me preocupa, porque têm
422 sido feitas muitas coisas. E quando fala-se que não se divulga, quando a
423 Fundação quis divulgar seu trabalho, a própria imprensa e a própria sociedade
424 criticaram que estava gastando dinheiro com matéria publicitária para divulgar o

425 que foi feito. Esses são absurdos que estão acontecendo. Nós que estamos
426 acompanhando, juntamente com o Carlos Eduardo, sabemos que, com o prazo
427 curto que teve, não vamos recuperar a bacia em um ano, mas foi feita muita
428 coisa. Tem que ir lá e ver. E o próprio IGAM e o Sisema sabem o quanto tem sido
429 feito.” Conselheiro Pedro de Freitas Moreira: “Sobre a questão do Doce, grande
430 parte dos atingidos diretamente são agricultores familiares, e desde lá de trás nós
431 temos feito um trabalho de tentar junto ao Comitê Interfederativo, mas,
432 principalmente, na articulação dentro do governo, que a agricultura familiar, com
433 o olhar, principalmente, da agroecologia, passe a fazer parte desse acordo e do
434 olhar da recuperação do Doce. Então, nós precisamos começar a refletir e
435 debater a agroecologia como instrumento de produção de água e alternativa mais
436 real para que a retomada e a reconstrução ambiental do Doce sejam efetivadas.
437 Nesse debate com várias entidades, tivemos uma relação grande com as
438 Agências e alguns Comitês tentando fazer essa sensibilização, tentando trazer
439 isso para a pauta. Nesse processo, o Ibio e as Agências tiveram um papel muito
440 importante na questão da inteligência. Eu acho que não tem nenhum órgão
441 estadual que consiga mapear e nos informar sobre degradação ambiental, a
442 questão produtiva, a questão das bacias, que são o acúmulo do trabalho das
443 Agências e do Ibio nesse processo. Então, para nós da Secretaria, para
444 construção de dois editais – um da Fundação Banco do Brasil e outro do BNDES
445 –, essas informações e a questão da inteligência foi de muita importância. Nós
446 não conseguimos dar uma resposta para a análise das bacias sem essa
447 inteligência que o Ibio trouxe. E o Ibio tem topado trazer esse debate da
448 agroecologia e da agricultura familiar como instrumento também de recuperação
449 da bacia do rio Doce. Eu acho que é importante fazer coro a outros colegas
450 conselheiros que já apontaram para esse processo de concordar com a nota que
451 aqui foi apresentada. A Agência tem contribuído para a construção que temos
452 feito nesse período.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Mesmo com
453 essas dificuldades de comunicação, eu fiquei sabendo muito pouco da
454 participação tanto do Comitê quanto da Agência nos eventos de Mariana. De
455 alguma forma, o Comitê ou a Agência deveriam fazer chegar, pelo menos ao
456 Sistema de Recursos Hídricos, as notícias do que está acontecendo por lá.” A
457 presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho destacou a importância
458 de se estreitar essa relação vista nesta sessão entre os Comitês com o Plenário
459 do CERH, inclusive, no sentido de apresentar o acompanhamento dos trabalhos
460 que são realizados. Eduardo, representante do Ibio, ainda complementando os
461 esclarecimentos solicitados pelo Fonasc nesta sessão, registrou a seguintes
462 manifestação. “Não existe dotação orçamentária disponível, na prática, para
463 executar todas as questões. O único recurso rubricado é a cobrança pelo uso da
464 água. Então, existe a elaboração de um plano de aplicação plurianual, que
465 regulamenta isso. E esse plano ainda não foi definido como prioridade. Há uma
466 priorização do que deveria ser utilizado. Apesar disso, nós temos o estudo, um
467 mapeamento bastante detalhado com as informações e dados existentes da

468 situação de cada uma das áreas de preservação permanentes. Nós fizemos, em
 469 2015, uma modelagem matemática, uma análise de vulnerabilidade ambiental da
 470 bacia do rio Doce. Nesse processo, identificamos áreas críticas com base nessas
 471 vulnerabilidades. São 15 mil km quadrados de áreas críticas identificadas dentro
 472 dos 86 mil, que são o total da bacia. Dentro de cada uma dessas áreas críticas,
 473 definimos planos de abordagem para APPs e áreas de recargas hídricas. Isso foi
 474 apresentado e aprovado pelos Comitês de Bacia no ano passado. Temos isso
 475 disponível no site do Ibio e no portal Igeo.” **6) RECUPERAÇÃO DE NASCENTES**
 476 **E OUTRAS INTERVENÇÕES NA NATUREZA. Apresentação: Federação da**
 477 **Agricultura do Estado de Minas Gerais (Faemg).** Item retirado de pauta,
 478 conforme solicitação da Faemg, devendo ser pautado na próxima reunião para
 479 apresentação conjunta da Faemg e do conselheiro Flávio Pimenta de Figueiredo,
 480 do Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais
 481 (ICA/UFMG). **7) INFORMAÇÕES SOBRE OUTORGAS POR BACIA**
 482 **HIDROGRÁFICA. Apresentação: IGAM.** Thiago Figueiredo Santana, gerente de
 483 Pesquisa e Desenvolvimento de Recursos Hídricos/IGAM, em atendimento a
 484 solicitação do Fonasc, fez apresentação sobre vazão outorgada vigente por bacia
 485 hidrográfica e demandas de atos de regularização formalizados no Estado. Em
 486 seguida, prestou esclarecimentos pontuais da apresentação requeridos pela
 487 conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo. “Aqueles primeiros gráficos
 488 eram ‘solicitadas’ ou ‘concedidas’?” Thiago Figueiredo Santana/IGAM: “Aqueles
 489 gráficos são das ‘solicitadas’. E as análises que nós fizemos de pressão de
 490 demanda são as ‘vigentes’. Aquilo foi uma busca de regularidade, é o que chega
 491 ao nosso balcão.” Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “A outra, que já tem
 492 percentuais, já é ‘vigente’.” Thiago Figueiredo Santana/IGAM: “Vigente.” Maria
 493 Teresa Viana de Freitas Corujo: “Outra coisa. Você afirmou que o percentual na
 494 bacia do rio Paraopeba, obrigatoriamente, o percentual alto não pode ser visto
 495 como uma área de conflito. Mas nós temos, no caso, nessa bacia, que, inclusive,
 496 foi decretado estado de escassez por realmente chegar a essa situação. A
 497 pergunta que eu faço, que pode ser chamada de filosófica, é: como é possível
 498 não ter conflito a ponto de um território e uma bacia estarem em situação de
 499 escassez a ponto de o Estado decretar medidas para isso?” Thiago Figueiredo
 500 Santana/IGAM: “A pergunta é muito clara e muito fácil de se responder. Nós
 501 podemos fazer analogia com questões de contratos formais. Outorga é um
 502 contrato de uso, ela funciona na condição normal. Quando se decreta escassez,
 503 os contratos sobem. E hoje nós temos o regramento da DN 49. Decretou
 504 escassez, o contrato perde aquela vigência na forma que ele é firmado entre o
 505 usuário e o órgão gestor. Nós trabalhamos com a regra da DN 49. A outorga
 506 baseia-se no princípio da Q-7,10, como eu disse. É uma excepcionalidade. Mas,
 507 quando ela ocorre, esquece a regra do contrato. Agora, todo mundo obedece a
 508 DN 49, que estabelece os critérios para escassez hídrica. Além de tudo, as
 509 penalidades pelo descumprimento são maiores. Qualquer infração, quando se
 510 decreta escassez, tem agravantes, então, o foco é maior. E a questão da

511 escassez traz, dentro da DN 49, as reduções percentuais para todas as
512 finalidades. Então, naquele momento, para se emitir outorga, trabalha na regra da
513 DN 49. Voltou à condição normal, voltam as captações na condição normal, até
514 para não afetar as condições de qualidade do corpo hídrico. Porque temos que
515 pensar que muitos empreendimentos vão estar lançando efluentes que precisam
516 de água para depurar e diluir, para ter uma condição em respeito ao
517 enquadramento e aos usos preponderantes estabelecidos.” Maria Teresa Viana
518 de Freitas Corujo: “Última pergunta. Quando tem os mapas dizendo ‘áreas de
519 conflito declaradas’, qual é a fonte ou qual foi o estudo? Onde está essa base?”
520 Thiago Figueiredo Santana/IGAM: “No IGAM, há muitos anos, já é trabalhado um
521 instrumento que se chama DAC, que é Declaração de Área de Conflito. A
522 Declaração de Área de Conflito ocorre à medida em que vão entrando processos
523 ou mesmo por solicitação do Comitê. Nós fazemos uma análise da bacia e
524 verificamos que a demanda solicitada naquela bacia é maior que a
525 disponibilidade. Aí, utilizamos do documento DAC; emitimos. E a regularização
526 naquela porção é feita por processo de outorga coletiva. E o que o processo de
527 outorga coletiva tem de diferente do outro? É um instrumento chamado ‘alocação
528 negociada de água’. Ou seja, há um regramento de usos. Um exemplo. A maioria
529 das DACs se situa em áreas agrícolas. Se pegar aqui, até a que está no rio das
530 Velhas, que é a bacia do Ribeiro Bonito, é um cinturão verde da região
531 metropolitana, um grande fornecedor da Ceasa. Então, o que ocorre? Os
532 usuários atuam entre si para formular uma proposta de uso que não afete os
533 demais usos a jusante nem mesmo a vazão residual no corpo hídrico. Eu vou dar
534 um exemplo bem simplista. Turnos de operação. Se pego três usuários com um
535 turno de operação de oito horas, eu posso aloca-los dentro do mesmo dia
536 operando alternadamente. Entre outras possibilidades maiores. Eu posso alterar
537 a regra de operação de um barramento, que possa defluir uma vazão maior para
538 atender um uso a jusante e manter uma condição de fundo maior. É uma
539 metodologia mais demorada, é um processo demorado, mas é benéfico.” Após
540 esses esclarecimentos, o conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro questionou qual
541 é a posição do IGAM sobre outorga sazonal para agricultura com Q7,10 móvel,
542 mês a mês, e como o órgão está tratando a grande quantidade de pedidos de
543 outorga de água subterrânea para irrigação com pivô central. “Temos casos de
544 uma só fazenda com mais de 30 poços outorgados pela Supram, onde terá uma
545 clara interferência na produção da água superficial. Como se vislumbra a gestão
546 integrada de água superficial e água subterrânea?” Thiago Figueiredo Santana,
547 gerente de Pesquisa e Desenvolvimento de Recursos Hídricos/IGAM: “Um dos
548 conceitos que estão sendo inseridos na revisão de normativa do IGAM é a
549 abertura da outorga sazonal, mas é preciso trabalhar de maneira piloto para
550 verificar até o impacto disso, principalmente, nos potenciais de regularização de
551 vazão. Nós, inclusive, trabalhamos, anteriormente, na possibilidade de contratar
552 um estudo para verificar, em uma área de conflito, o que isso traria de benefício e
553 a capacidade dos próprios reservatórios de atuarem dentro dessa modalidade

554 móvel. Nós não vemos como uma dificuldade, mas é uma questão que está
555 sendo levantada também até no Conselho Nacional, com um encaminhamento a
556 ser dado dentro das próximas resoluções, como diretrizes para os Estados
557 trabalharem nessas outorgas, principalmente, com foco na agricultura. Na
558 questão da água subterrânea, o IGAM já solicitou estudo hidrogeológico do
559 empreendedor, para que a análise não seja feita poço a poço, com uma visão
560 mais holística dos impactos. A questão de integração água superficial e água
561 subterrânea também é objeto de estudo dentro das Câmaras Técnicas do
562 Conselho Nacional, o que vai trazer uma diretriz de como começar esse trabalho.
563 Estamos discutindo um modelo de outorga para água subterrânea em Araguari.
564 Vamos produzir uma nota técnica com uma avaliação maior para a região,
565 principalmente, porque é uma área que, futuramente, poderá ser decretada como
566 restrição e controle de uso, e teremos que estar preparados para um modelo de
567 análise.” Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Para áreas
568 onde já há pressão por água subterrânea, como Sete Lagoas, área cárstica, tem
569 estudo bem fundamentado sobre essas diretrizes. O órgão gestor tem essa
570 função, mas temos que, em alguns pontos, parar para estudar essa relação rio e
571 aquífero, porque, dada a diversidade do Estado, não é a mesma.
572 Independentemente da escala dos estudos hidrogeológicos, tem regiões que
573 precisam de um estudo bem específico, como Araguari, bacia do Verde Grande,
574 Sete Lagoas.” Após os esclarecimentos do IGAM, o conselheiro Antônio
575 Giacomini Ribeiro sugeriu ao órgão adotar uma modelagem dos sistemas
576 aquíferos integrados, principalmente, nas áreas de maior demanda, e criar as
577 regras “a partir de uma realidade fática”. Conselheiro Pedro de Freitas Moreira:
578 “Os pequenos agricultores estão tendo uma pressão maior dos órgãos de
579 fomento, por exemplo, Banco do Brasil e BNDES. Pela realidade técnica dessas
580 comunidades, passa a ser empecilho no fomento. Qual o esforço desse
581 diferenciamento e qual a resposta para esse uso insignificante das agriculturas?
582 E sobre metodologia de produção de água, como mensurar esse impacto e
583 enquadrar uma solução nesse sentido?” Thiago Figueiredo Santana, gerente de
584 Pesquisa e Desenvolvimento de Recursos Hídricos/IGAM: “Todo manejo de uso e
585 conservação de solo em técnica adequada produz água, melhora a conservação,
586 diminui a pressão por irrigação, todo manejo cultural em si. Quanto à área de
587 atuação do IGAM, exclusiva para recursos hídricos, sobre a perspectiva de
588 facilidade para esses usos para melhorar o acesso da regularidade para o
589 pequeno uso, a Emater vai estar totalmente aberta isso. A Emater trabalha muito
590 próxima com esses programas de fomento rural. Não só para a agricultura, o
591 nosso princípio é trazer essa nova modalidade de uso insignificante que vamos
592 trabalhar a curto prazo junto com as entidades setoriais para essa parceria, levar
593 facilidade para todos os usuários. Nesse caso específico, vai trabalhar com uso
594 insignificante, que tem um impacto social muito grande.” Presidente suplente
595 Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Nós temos trabalhado no IGAM, até com
596 o apoio da Secretaria de Fazenda, com o sistema de certidão de uso

insignificante online. Essas pressões chegam a nós a todo momento ligadas à questão do crédito rural, embora saibamos que a exigência da Política Nacional de Irrigação seja ligada à exigência da outorga e não de certidão de uso insignificante. Mas, no entanto, os órgãos de fomento exigem a certidão de uso insignificante também. No ano passado, tivemos cerca de 29.900 formalizações de certidões de uso insignificante, sendo que o pequeno agricultor vem duas vezes ao balcão. Então, são 58 mil vindas ao balcão, o que representa 53% do balcão. Considerando as Agendas Verde, Marrom e Azul, 53% são de uso insignificante. Sem contar quantos quilômetros essas pessoas viajam para ir duas vezes às Suprams. Isso sensibilizou o secretário da Fazenda, que está investindo nessa certidão de uso insignificante. Nós estamos preparando a certidão online para o ano que vem. A concepção está pronta, e estamos trabalhando na montagem. Esse assunto é tão prioritário que a certidão de uso insignificante, para atender pequenos produtores rurais, que entrou no Pacto pelo Cidadão, que o governador está assinando.” A presidente informou ainda que os usuários serão dispensados do pagamento de taxa para emissão da certidão online. 8)

SITUAÇÃO DAS BARRAGENS DE REJEITOS QUE SE ENQUADRAM DISPOSTAS NO ARTIGO 8º DO DECRETO ESTADUAL Nº 46.993, DE 2 DE MAIO DE 2016. Apresentação: SEMAD. Anderson Silva de Aguiar, subsecretário de Regularização Ambiental/SEMAD, fez apresentação, em atendimento a solicitação do CERH, referente ao levantamento das barragens com metodologia de alteamento para montante no Estado de Minas Gerais. Destacou que todas as barragens demonstradas, decorrentes dessa metodologia de identificação, estão passando por uma revisão voluntária por parte das empresas, a partir da edição do decreto resultante das ações após o acidente ocorrido em Mariana. “Há uma revisão pelas empresas para definir se é pela continuidade da metodologia ou se haveria mudança da metodologia.” Destacou ainda o seguinte resultado do levantamento realizado, conforme trecho do relatório apresentado: ‘No levantamento realizado em janeiro de 2016, a partir de busca no Siam, foram encontrados processos de licenciamento referentes a seis barragens cujos estudos indicam alteamentos para montante, realizados ou previstos, e que estão em trâmite no momento. Em atualização realizada em agosto/setembro de 2016, foram recebidas informações das Suprams e das Declarações Extraordinárias de Condição de Estabilidade (BDA/FEAM), tendo sido identificados novos processos em trâmite que envolvem barragens com alteamento para montante. Como resultado, foram identificados processos de licenciamento referentes a 36 barragens que se enquadram no art. 8º do Decreto nº 46.993/2016, contempladas em 26 processos de licenciamento’. Em seguida, foi detalhada a situação de cada empreendimento. Dando início aos debates, a conselheira Ana Maria Laque Marinho solicitou esclarecimentos, em especial, quanto à situação em que o auditor atesta a estabilidade de uma barragem e, posteriormente, se constata que essa estabilidade não pode ser garantida. Anderson Silva de Aguiar, subsecretário de Regularização Ambiental/SEMAD: “A

640 questão da estabilidade garantida pelo auditor também tem algumas situações
641 que são peculiares. O auditor faz uma vistoria no local e constata uma situação
642 que conclui – mais os documentos de monitoramento, mais documentos
643 construtivos, mais projetos – que há uma condição de estabilidade. Aquela
644 condição que ele descreve naquele laudo é para aquele momento, para aquela
645 hora, ela é exata, é instantânea. Ele não fica ali monitorando 24 horas e não fica
646 prestando um assessoramento contínuo. Então, a partir do deslocamento dele,
647 qualquer coisa pode acontecer. Claro que a empresa é responsável por tudo
648 aquilo que acontece depois do laudo de auditoria, ela tem que continuar seus
649 monitoramentos, as manutenções, as intervenções necessárias.” O subsecretário
650 comentou ainda caso específico citado pela conselheira representante da
651 Companhia de Saneamento Municipal de Juiz de Fora em seu pedido de
652 esclarecimentos, relativamente a uma barragem de 2012: “O laudo foi
653 apresentado em setembro agora, e quando o auditor não concluiu é porque faltou
654 alguma documentação que ele considera extremamente necessária para a sua
655 conclusão ou para ele faltou algum dado. Não quer dizer, necessariamente, que
656 está em condição de risco, essa informação não é imediata: ‘não há condição
657 garantida de estabilidade, a barragem está em condição de risco’. Não é isso. Ele
658 apenas não conseguiu fazer a conclusão pela falta de documentação disponível
659 no momento da sua visita, no momento do seu trabalho. Em relação à
660 fiscalização, nós temos que fazer uma distinção quanto a competências. O DNPM
661 é que tem a competência de fiscalizar e, se for o caso, dentro da atividade
662 minerária, tomar alguma medida de penalidade em relação ao empreendimento.
663 A FEAM tem um programa de segurança de barragem, e as atribuições do
664 Sisema são ligadas aos aspectos ambientais. Nós não vistoriamos, não
665 analisamos aspectos construtivos da engenharia civil, da geotecnia. Nós fazemos
666 uma avaliação com os aspectos ambientais.” Conselheira Maria Teresa Viana de
667 Freitas Corujo: “Na lista da FEAM, quando é falta de dados ou documentos, está
668 muito claro. Quando aparece ‘estabilidade não garantida’, isso não tem a ver
669 porque faltou algum documento. Além disso, para mim, como cidadã, a
670 mensagem é muito clara: se a de Fundão rompeu, atestada com estabilidade
671 garantida, essa coluna de ‘estabilidade garantida ou não garantida’ não tem valor
672 nenhum para mim. E dizer que o fato de uma consultoria dar a garantia de uma
673 barragem naquele momento e que, quando ele sai, não significa que não pode
674 romper é assustador. O princípio da precaução significaria, primeiro, que não
675 poderia ter tido nenhum decreto dizendo que novas barragens poderiam
676 acontecer ou aquelas que estão licenciadas. Teria que suspender,
677 imediatamente, as que estão operando com alteamento a montante e,
678 imediatamente, ter um esquema de fiscalização permanente, de
679 acompanhamento permanente. Porque nós estamos falando de um rompimento
680 em 2014, da Herculano, de um rompimento de Fundão, fora as outras cinco que
681 romperam nos últimos 15 anos. Nós não estamos mais tratando aqui de alguma
682 coisa como um desmoronamento do muro da nossa casa.” A conselheira

683 registrou ainda questionamentos que não foram respondidos pelo Sisema. “De
684 todas as barragens em Minas, quais as outras foram atestadas como garantia de
685 estabilidade pela mesma auditoria da que rompeu em Fundão?” Informou que fez
686 essa pergunta à FEAM, em reunião da Câmara Normativa e Recursal (CNR), e
687 que até então não foi respondida. “Para saber quais estão com estabilidade
688 garantida pela mesma consultoria e colocar essas barragens sob
689 acompanhamento permanente por uma consultoria que não seja indicada pela
690 mineradora, até para salvaguardar de rompimento de futuras barragens.” A
691 representante do Fonasc questionou ainda o número de barragens listadas com
692 alteamento a montante, que já foi alterado após uma primeira apresentação, e se
693 seriam apenas essas ou se poderia haver outras, e as providências a serem
694 tomadas. “São mesmo essas todas, as novas e as que vão ser alteadas, ou
695 vamos ser surpreendidos de novo com novas? Quais as medidas que o Estado
696 está tomando para impor providências corretivas à segurança das comunidades
697 das áreas de risco ou de autossalvamento de barragens construídas com esse
698 método de alteamento a montante? Quais barragens que estão operando com
699 alteamento a montante no Estado, onde ficam, tem pessoas na zona de
700 autossalvamento, tem captações de água, tem situações de risco, e o que o
701 Estado está fazendo com esse mapeamento? E para essas 36 quais serão as
702 medidas e se vão realmente se licenciar. E que a FEAM acrescente duas
703 colunas. É fundamental que a FEAM coloque na lista de 2015, que saiu
704 recentemente, não só o nome da consultoria que deu avaliação da barragem,
705 mas que coloque também o método de alteamento, se a montante, a jusante,
706 para que a sociedade tenha acesso às informações e possa buscar solução.”
707 Anderson Silva de Aguiar, subsecretário de Regularização Ambiental/SEMAD,
708 esclareceu que o levantamento usou três fontes de dados diferentes: BDA, Siam
709 e levantamento em todas as Suprams. Reiterou que o número de 36 barragens
710 deverá diminuir, “já que as empresas têm se reunido e avaliado a possibilidade
711 de mudanças de metodologia de alteamento, e em alguns casos de até encerrar
712 a atividade daquela barragem”. “O Estado tem trabalhado com mudança do
713 marco regulatório, e isso foi feito por meio de decreto. Para fomentar outras
714 tecnologias, vem a DN 210, para disposição em cava. E há algumas discussões
715 técnicas para apresentar novos tipos de tecnologias de barragens que diminuem
716 os riscos de acidentes. Nós esperamos que, com todas essas discussões, com
717 avaliação e mudança da legislação, proposição de novas normas e legislação,
718 que haja uma mudança por completo no Estado de Minas Gerais desse cenário
719 de alteamento a montante.” O conselheiro Nelson Cunha Guimarães solicitou
720 esclarecimentos sobre a sistemática de fiscalização, o papel dos técnicos para
721 declaração de estabilidade de barragens e quais medidas foram feitas para
722 melhoria do acompanhamento. E sugeriu que as fiscalizações pudessem ser
723 feitas em conjunto com o DNPM. Anderson Silva de Aguiar, subsecretário de
724 Regularização Ambiental/SEMAD: “Foi feita uma série de investimentos em
725 relação a barragens. Isso vem sendo feito ao longo dos anos, e houve uma

726 intensificação de 2015 para 2016, tanto do ponto de vista de capacitação técnica
727 quanto de planejamento quanto de ação. Tem um plano de fiscalização e de
728 regularização. Esse trabalho é feito por uma equipe multidisciplinar e, por
729 consequência da fiscalização, alguns processos têm, inclusive, o andamento um
730 pouco lento quando acontece esses períodos de vistoria. São fiscalizações
731 realizadas antes do período chuvoso, e depois, auxiliado a isso, vem o BDA. O
732 marco regulatório é um reforço que vem acontecendo nos últimos anos, assim
733 como o planejamento e na hora da execução. Então, o Estado tem avançado
734 muito em relação a esse tipo de atuação, inclusive, naquelas barragens que
735 estejam com estabilidade garantida.” O conselheiro João Carlos de Melo
736 apresentou contribuições ao relatório apresentado pelo Sisema e colocou o
737 Instituto Brasileiro Mineração (Ibram) à disposição para auxiliar no trabalho de
738 atualização dos dados. “Vemos a necessidade de apuração de dados mais
739 definida em função de os números não baterem com os levantamentos mais
740 recentes. Das 36 citadas, oito são diques, que não são considerados como
741 barragens sob o aspecto técnico tampouco sob o aspecto da legislação. Outro
742 detalhe: quatro das 36 citadas são alteamento para linha de centro ou para
743 jusante, e não são a montante, como está sendo citado; 12 são barragens com
744 pedido de LO ou LP+LI ou LIC, ou seja, são barragens que, inclusive, se
745 encontram em fase de desativação. Há necessidade de um processo
746 complementar para desativação da barragem. No caso de boa parte delas, vem
747 sendo implementado para aproveitar o minério que é erodido a montante e foi
748 depositado. Boa parte delas são barragens dos anos 60, anos 70, que estão
749 implantadas sem apresentar, especificamente, nenhum risco e que estão, em
750 tese, já desativadas, e a proposta dessa LIC ou LO é, especificamente, para que
751 se lavrem essas barragens. Nós do próprio Ibram solicitamos algumas vezes que
752 se criasse uma modalidade dentro da DN 74 para lavrar essas barragens, e isso
753 ainda não existe. Outro detalhe é que nove dessas barragens encontram-se com
754 pedido de revalidação de licença, ou seja, há apenas quatro barragens com o
755 processo natural de alteamento a montante, e vão sendo alinhadas ainda dentro
756 do que prevê o artigo 8º do decreto específico da legislação. Se acharem
757 conveniente, nós podemos congregamos técnicos específicos dessas minerações,
758 apresentar toda a documentação e manter um contato mais estreito para esse
759 levantamento de dados.” Anderson Silva de Aguiar, subsecretário de
760 Regularização Ambiental/SEMAD, reiterou a metodologia do levantamento das
761 barragens que foi feito pelo Estado. “A informação foi apurada no documento,
762 informado pelo empreendedor, ou está no BDA. Então, realmente cabe uma
763 avaliação. Nós verificamos também a questão dos diques, que estavam
764 justamente como barragem. Eu vou acolher a sugestão e vamos verificar esses
765 números. Em relação ao reproprocessamento, eu, inclusive, mostrei dois processos
766 que justamente são LP+LI para reproprocessamento de barragem. Então, tem duas
767 barragens em fase de LP+LI, justamente, com esse propósito. Eu também falei
768 aqui que as empresas têm se manifestado pela mudança de projeto daquelas

barragens identificadas com alteamento para montante, podendo se tornar alteamento a jusante ou linha de centro. E ainda tem um número expressivo de propostas para descomissionamento de barragens. Então, desse número de 36, ainda não temos nada conclusivo. As propostas ainda não foram formalizadas em processos administrativos, mas temos discutido em torno de 18 barragens com mudança de projeto ou descomissionamento, com os empreendedores.” O conselheiro Vítor de Andrade Coelho solicitou informações quanto aos processos que estão aguardando informações complementares, se existe limite de prazo para o órgão ambiental aguardar e quais as medidas cabíveis em caso de não atendimento. Anderson Silva de Aguiar, subsecretário de Regularização Ambiental/SEMAD, informou que há prazos regimentais, inclusive, sob pena de arquivamento do processo, conforme a legislação. **9) ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “Eu quero parabenizar a equipe, quero parabenizar o IGAM, que, com uma equipe reduzida, está fazendo esse trabalho grandioso, que é muito importante para nós que somos usuários de água. Outro ponto é que não concordamos com o posicionamento do Carlos Alberto, porque nós acompanhamos a bacia do rio Doce, juntamente com os Comitês de Bacia. Nós temos visto as ações que têm sido implementadas pela Fundação Renova. É um negócio grandioso.” Conselheira Patrícia Helena Gambogi Boson: “Saiu no jornal ‘Estado de Minas’, em 12 de novembro, um artigo excelente, uma crítica à imprensa, na medida em que, em vez de iluminar a cena, ela quer iluminar a si própria. Então, vale mais a versão em que ela quer acreditar do que o fato em si. Tem uma frase no artigo que eu queria destacar: ‘O assalto à verdade culmina com uma estratégia exemplar: repercussão seletiva. Convoca pretensos especialistas...’ Eu sou da área de hidrologia, e o que eu vi de pretensos especialistas na área de quantidade e qualidade de água, sem nenhuma formação em química ou em hidrologia ou hidrogeologia, é impressionante. ‘... para declarar o que o repórter quer ouvir. Trata-se a notícia e cria-se a versão.’ E é exatamente sobre essa questão que eu quero falar. Quem viu a reportagem do Fantástico, por exemplo, não sabe de um fato que eu queria declarar aqui e deixar registrado em ata. O secretário de Regularização de Meio Ambiente, Germano, foi procurado pela equipe do Fantástico para dar declaração a respeito do problema. Como estava em trânsito, em uma viagem internacional, ele disse que seu telefone seria desligado, pois ele iria viajar, mas que prepararia uma resposta por escrito, e pediu o e-mail para encaminhar essa resposta. Essa resposta foi encaminhada por escrito, e o Fantástico disse que ‘procurou, e ele não deu nenhuma resposta’. Então, o que vale é a versão do fato, é o que eu quero mostrar, o que vale é me iluminar e não iluminar a cena para dar a solução correta. Por que eu estou falando isso tudo? Porque no Conselho Nacional de Recursos Hídricos um representante da sociedade civil disse que, na questão da Renova, não foi ouvida a sociedade. Foram ouvidos todos os Comitês de Bacias, onde estão 600 pessoas. Não tem melhor representação do que no Comitê de Bacias, porque não tem só um segmento social sendo ouvido, são três

812 segmentos sociais sendo ouvidos. É o poder público municipal, que raramente é
813 ouvido em algum lugar; é o poder público estadual, o setor empresarial e a
814 sociedade civil. Ela está lá, e eles foram ouvidos. O presidente do Comitê do
815 Doce tem assento no comitê executivo da fundação. Então, como a sociedade
816 não foi ouvida? E isso foi dito ontem, de novo, na Fiesp, pelo representante da
817 sociedade civil, de que a sociedade não foi ouvida. Eu fico pensando: eu não fui
818 ouvido? É isso que eu quero dizer? Porque a sociedade foi ouvida, sim. Ela está
819 nos Comitês de Bacias Hidrográficas. Dito isso, se vocês concordarem, eu pediria
820 que o secretário de Meio Ambiente, como presidente deste Conselho Estadual de
821 Recursos Hídricos, encaminhasse uma recomendação à Fundação Renova para
822 institucionalizar o canal de comunicação com os Comitês de Bacias, através do
823 Ibio, para parar com essa coisa de que a sociedade não está sendo ouvida. Os
824 Comitês não podem ficar falando toda hora que foi ouvido, é preciso acreditar que
825 foram ouvidos. Ou porque não quer ouvir o que está sendo dito ou porque está
826 havendo uma falha nessa formalização institucional. Então, eu pediria que o
827 secretário, a pedido deste Conselho, encaminhasse à Fundação Renova e ao seu
828 conselho curador uma recomendação de que formalizasse ou criasse uma
829 estratégica sistêmica e permanente de comunicação com os Comitês de Bacias
830 Hidrográficas do rio Doce, através de sua Agência de Bacia, o recém-aprovado
831 aqui Instituto BioAtlântica. Eu acho que isso fortalece o Comitê de Bacia. Eu fico
832 impressionado porque muita gente ainda conhece pouco do Comitê e Bacia. Eu
833 acho que é preciso viver o Comitê de Bacia para saber o que é isso, o que é essa
834 representação, a riqueza que é uma reunião de Comitê de Bacia, como é que se
835 ganha em ação efetiva.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu
836 participo de Comitê de Bacia. O próprio Comitê de Bacia não é a sociedade como
837 um todo, porque são só as pessoas que estão lá, mesmo que reportem para as
838 suas bases, a quem representam. Nós não temos dentro dos Comitês de Bacia...
839 Por isso talvez eu coloquei a importância de maior visibilização das ações, dos
840 documentos, da questão do Ibio. No nosso Comitê de Bacia, por exemplo, na
841 relação com a agência ou com esses outros atores, nós não temos como
842 acompanhar em todas as reuniões tudo o que está acontecendo nessas outras
843 instâncias decisórias. Então, não é verdade que os Comitês de Bacia conseguem
844 ter acesso a todas as informações. Muitas vezes, nós demandamos do Comitê de
845 Bacia que determinados assuntos sejam trazidos para a pauta, precisamente por
846 falta de acesso a informações. Então, quando o Carlos Alberto e outros aqui
847 trouxeram, não foi porque queriam uma informação só para si, é porque nós não
848 vemos visibilizado para a sociedade, da mesma forma que outras informações
849 chegam, as ações – o que não significa que não estão sendo feitas – que estão
850 sendo feitas pelos Comitês de Bacias. E eu estou falando do Velhas. Então, não
851 é dessa forma. Existe uma real comunicação para fora, para a sociedade, que
852 não contempla o universo de decisões sobre a recuperação do rio Doce, sobre o
853 que está sendo feito, e que determinados grupos e setores têm muita informação,
854 mas a sociedade como um todo não está recebendo. E quanto ao Germano

855 mandar por escrito, nós, como sociedade civil, estamos carecas de mandar
856 informes e denúncias e releases, e a mídia também não publica. Então, não é
857 uma questão escolhendo um ou outro, é um nó. E temos que avaliar esse nó com
858 mais critério.” Conselheiro Pedro de Freitas Moreira: “Concordando que o Ibio é
859 um grande interlocutor, um instrumento para diálogo, mas ele não representa o
860 conjunto das demandas e dos movimentos sociais. Existe uma série de
861 movimentos do campo que não se organizam a partir das bacias hidrográficas.
862 Então, o que eu acho que nós deveríamos talvez mediar é: para as redes de
863 bacias hidrográficas etc., talvez o Ibio represente, mas não colocar nem acima
864 nem abaixo de qualquer outra organização da sociedade civil que reivindique. Eu
865 acho que não podemos falar por alguém que se coloca contrário etc. Aí eu falo a
866 partir da coordenação das ONGs de agroecologia e dos movimentos sociais do
867 campo, com os quais nós temos uma relação formal. Ao falar que o Ibio os
868 representa, me causaria um constrangimento muito grande. Então, é um pouco
869 nesse sentido. Eu acho que são duas coisas diferentes. Que é possível, sim, mas
870 deixar claro essas diferenças.” Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias
871 Coelho: “O Ibio é agência do Comitês de Bacias. De toda forma, no Comitê
872 Interfederativo, há representação do Comitê do Doce. Então, estabelecer
873 mecanismos de comunicação no contexto dos Comitês. Evidentemente que não
874 foi falado aqui na questão de o Ibio representar as outras entidades. De forma
875 alguma. O meu entendimento é no sentido da conexão do Ibio com os Comitês
876 de Bacias. Aliás, os Comitês de Bacias têm uma conexão direta com este
877 Conselho.” Conselheira Patrícia Helena Gambogi Boson: “Eu não quero que o
878 Comitê substitua nenhuma entidade, nenhuma organização, nenhuma
879 representação. Aliás, quem representa toda a sociedade são aqueles que
880 ganham eleições por sufrágio universal. Eu não estou substituindo ninguém e não
881 estou dizendo que a mídia atende a, b, c, d de forma diferente. Eu estou dizendo
882 que a mídia, muitas vezes, não atende ninguém. Como foi o caso específico do
883 Germano e como a Teca acabou de colocar, que teve casos específicos dela
884 também. A mídia não atende, há muita coisa em que a versão da mídia é que
885 vale e não o que é verdade, propriamente dita. O que foi colocado aqui às vezes
886 não é erro de Comitê de não falar com a mídia, é erro da mídia de não ouvir o
887 Comitê. A segunda questão é que eu não estou aqui falando para o Ibio
888 representar ninguém, eu estou dizendo para usar o Ibio, que é a maneira mais
889 simples que tem, mais fácil, como agência. Não é nem o Ibio como instituição,
890 mas como agência, para se comunicar com os Comitês de Bacias Hidrográficas.
891 Porque o Ibio é a agência dos Comitês, é a Secretaria Executiva. Na relação
892 Renova e Comitê. Não é na relação Renova e sociedade, não é na relação
893 Renova e ONGs, não é relação Renova e agricultor. É a relação Renova e
894 Comitê, para utilizar a agência de bacia dos Comitês, que reúne, inclusive, o
895 Comitê Federal, para comunicar e estabelecer uma relação recíproca de Comitê.
896 Para que os Planos de Bacias não fiquem descasados com os planos de
897 recuperação que a Renova está patrocinando. E para que os planos que a

898 Renova está patrocinando não fiquem descasados com as prioridades e os
899 Planos de Bacias que o Ibio está executando em nome do Comitê de Bacia
900 Hidrográfica. É simples assim, não é uma relação extraordinária do Ibio como a
901 instituição que representa a sociedade. É a instituição que fala pelos Comitês de
902 Bacias, executivamente. Nem politicamente é, mas, executivamente.” **10)**
903 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente
904 suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho declarou encerrada a sessão, da
905 qual foi lavrada esta ata.

906
907 **APROVAÇÃO DA ATA**
908
909

910 **Maria de Fátima Chagas Dias Coelho**

911 Diretora Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas e
912 Presidente Suplente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/MG
913